

Montoro defende a proporcionalidade

Da Sucursal de Brasília



O governador de São Paulo, Franco Montoro, 68, telefonou ontem ao líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), solicitando seu apoio à idéia que vem sendo sustentada por parlamentares do PMDB, que visa a permitir a eleição de candidatos "temporários", no próximo ano, para cumprir apenas o mandato de constituintes, enquanto o futuro Congresso funcionasse como Assembléia Constituinte, sem atuar posteriormente como legisladores ordinários.

menta da Veiga concedia entrevista coletiva à imprensa. Ao governador paulista, o líder respondeu que, "em princípio", concordava com a proposta, que também já conta com o apoio do deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), relator da comissão mista que vai examinar o projeto de convocação da Constituinte, instalada ontem à tarde. Aos repórteres, Pimenta da Veiga disse: "Acho que essa é uma idéia para ser discutida".

Montoro argumentou ao líder do governo que essas candidaturas "temporárias" poderiam servir para compensar as representações dos grandes Estados que, pelos critérios atuais da eleição parlamentar, são prejudicados, pois elegem um número de deputados federais proporcionalmente muito inferior ao dos pequenos Estados.

Um dos primeiros defensores da idéia — o deputado peemedebista João Gilberto (RS) — também vê na idéia essa vantagem da compensação às bancadas dos grandes Estados. Ele inclusive já fez um cálculo, complexo — e cujos dados não divulgou — pelo qual seriam eleitos, ao todo, 105 constituintes "temporários". Os Estados teriam direito de um a vinte vagas dessa natureza, conforme seu número de eleitores. Quem teria maior aumento de representantes seria o Estado de São Paulo. Bierrembach quer uma distância ainda maior entre o mínimo e o máximo — de um a sessenta.

Diante da manifestação favorável de Bierrembach, João Gilberto previu que a proposta será incorporada ao parecer final do relator e aprovada pela comissão.

Lula critica a mensagem do Planalto

Da Reportagem Local

O presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, 39, criticou ontem à tarde a "falta de conteúdo democrático" da mensagem que o presidente José Sarney enviou na véspera ao Congresso, atribuindo poderes constituintes aos deputados e senadores a serem eleitos no ano que vem.

Evocando a postura crítica assumida pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), com a qual seu partido concorda, Lula disse que a iniciativa de Sarney não permite que a nova Constituição seja elaborada "fora das pressões do Executivo". Isto só seria possível, segundo o dirigente petista, caso os eleitores fossem chamados a eleger os integrantes de uma Assembléia Nacional Constituinte que não tivessem suas atribuições misturadas à rotina legislativa.

A questão, incluída na agenda da reunião da Executiva Nacional do PT, que se prolongou por quarta-feira e ontem, em sua sede no bairro da Vila Mariana, zona Sul de São Paulo, "é hoje encaminhada pelo governo como se, em lugar de dotar o País de novas instituições, o presidente da República estivesse interessado em instrumentalizar o fortalecimento de seu próprio poder", disse Lula.

Gilberto Freyre quer a demissão dos ministros

Da Sucursal do Rio

O sociólogo Gilberto Freyre, 85, disse ontem no Rio que o presidente José Sarney deveria demitir todo o seu Ministério. Freyre afirmou que, apesar de confiar em Sarney, este ainda não está sendo um "presidente completo". A substituição dos ministros é, para o sociólogo, importante para que haja uma melhora no governo. "Não se pode conceber, num regime presidencialista, que um presidente seja completo quando está cercado por um Ministério que não nomeou", disse.

Um dos quatro ex-constituintes de 1946 que participaram de um debate durante a 4ª Conferência dos Advogados do Rio, Gilberto Freyre disse ainda que o atual Ministério "está cheio de atitudes contraditórias".

Outro ex-constituinte que participou do debate de ontem, o ministro da Administração, Aluizio Alves, afirmou que o grande desafio do Congresso, no próximo ano, será o de, após a feitura da nova Constituição, modificar "toda a legislação autoritária que ainda existe". O ministro também reafirmou seu desejo de candidatar-se à futura Constituinte.

Além de Gilberto Freyre e Aluizio Alves, participaram do debate os ex-constituintes Segadas Viana e o senador Luis Vianna Filho.

Estatização é tema de críticas no debate

Da Reportagem Local

Críticas ao "Estado empresário" formaram a tônica da abertura, anteontem, às 20h, do ciclo de debates "A Nova Ordem Econômica e Social: um tema da Constituinte", que será desenvolvido durante três meses, com sessões às quartas-feiras, numa programação conjunta do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp) e da Ordem dos Economistas de São Paulo, visando oferecer subsídios à Assembléia Nacional Constituinte.

Na opinião de Miguel Colasuonno, 46, presidente da Ordem dos Economistas, a Constituinte deve orientar seus trabalhos com vistas à institucionalização de um neocapitalismo. O ex-prefeito de São Paulo acha que "o brasileiro anseia por um governo desenvolvimentista" e que deve ser repudiado "o conceito socialista de propriedade".

Ives Gandra Martins, 50, presidente do Iasp, afirmou que o crescimento da estatização deve-se ao "desrespeito à Constituição praticado pelos governos dos últimos 20 anos".

Relator deve apresentar substitutivo

Tadashi Nakagomi

O deputado Flávio Bierrembach, relator da comissão mista que examina a emenda de Constituinte apresentada pelo governo — instalada ontem — anunciou que "provavelmente" apresentará um projeto substitutivo à proposta do Executivo, reunindo as sugestões dos parlamentares e da sociedade civil. "Minha tarefa — afirmou — será abrir a comissão para a sociedade civil porque entre ela e a posição do governo existe uma distância muito grande que cabe a nós, parlamentares, reduzi-la."

Bierrembach disse que "o primeiro princípio a ser inscrito é de que a emenda deve conter garantias mínimas para as atividades dos constituintes, como, por exemplo, a inviolabilidade do mandato".

Ele anunciou também a instalação no Congresso de dois painéis de debates para tratar dos aspectos jurídicos e constitucionais e para examinar a participação popular na elaboração da nova Carta Magna.

Comissão pré-Constituinte

O relator da comissão mista criticou a comissão pré-Constituinte, presidida pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco, afirmando que o anteprojeto que será elaborado por ela "tanto pode ser muito útil como absolutamente inútil". "Outras comissões podem surgir às centenas pelo País afora. Agora, compete à Assembléia Nacional Constituinte aproveitar ou não o que lhe for sugerido", declarou o deputado.

Bierrembach anunciou os primeiros nomes que tem em mente para serem convidados a depor perante a



Bierrembach (à esq.) é o relator e Helvídio Nunes o presidente da comissão mista

comissão mista: os juristas Goffredo da Silva Telles, Raymundo Faoro, professor Pinto Ferreira, Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato, Paulo Benevides e Seabra Fagundes.

O período para recebimento de emendas ao projeto do Executivo começa amanhã, mas alguns parlamentares já se anteciparam e apresentaram sugestões em caráter informal. O deputado Pedro Collin (PFL-SC), por exemplo, pretende que haja desvinculação entre a data de eleição dos governadores e dos constituintes. João Gilberto propôs que os senadores eleitos em 1982 não participem da Assembléia Constituinte.

Instalação tumultuada

A comissão pré-Constituinte foi também o tema que acabou sendo

mais discutido ontem, durante a instalação da comissão mista da Constituinte. O deputado Siqueira Campos (PDS-GO) pediu a anulação da comissão presidida por Afonso Arinos e sugeriu um plebiscito para saber se o povo legítima ou não a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

O senador Hélio Gueiros (PMDB-PA) foi o primeiro a responder ao parlamentar goiano. Ressalvou que também é contrário à comissão pré-Constituinte, mas declarou que escapa à competência da comissão mista fazer considerações sobre a iniciativa do governo.

João Gilberto, por sua vez, disse que, do jeito que vem sendo projetada a Constituinte, "ela não corresponde à vontade de participar da sociedade civil".